



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7478 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria da Conceição Aparecida Andrade - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A presente pesquisa está em desenvolvimento no programa de pós graduação em educação da Universidade federal de Ouro Preto (UFOP) no curso de mestrado em educação. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo sobre práticas pedagógicas com crianças em situação de Deficiência Intelectual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo principal centra-se em analisar as práticas pedagógicas com crianças em situação de deficiência intelectual, matriculadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, em duas escolas públicas de ensino regular (uma da rede municipal e outra da rede estadual) situadas em uma cidade mineira. Os objetivos específicos consistem em: compreender como professoras que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental têm construído suas práticas pedagógicas diante da realidade da inclusão que está posta nas instituições escolares por meio de legislações diversas de cunho: internacional, federal, estadual e municipal e discutir as concepções sobre as crianças em situação de deficiência intelectual apresentadas pelas professoras. Como estratégias metodológicas utilizamos entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e análise documental. A busca bibliográfica e documental vem sendo realizadas em ambientes virtuais e reais (bibliotecas, sites oficiais, bancos de dados acadêmicos e governamentais). Os sujeitos da pesquisa são professoras que se voluntariaram e que lecionam para turmas do Ensino Fundamental (1º, 2º e 3º ano), sendo uma parte pertencente à rede municipal e a outra pertencente à rede estadual. Através da bibliografia consultada e das produções mapeadas observamos que ao longo da história da humanidade as pessoas com deficiência intelectual foram consideradas incapazes para o trabalho, tratadas de forma preconceituosa e permaneceram marginalizadas. A designação destas pessoas ocorreu de forma pejorativa, incorporando ao longo dos tempos, uma concepção reducionista, incapacitante e limitadora, passou por variadas modificações, desde idiotismo até deficiência intelectual. Em relação ao acesso à educação vigorou por longas datas a ideologia da exclusão, depois da integração, pautada no modelo médico-clínico que considerava a pessoa com deficiência intelectual como incapaz de alcançar níveis mais elevados na progressão dos estudos. A oferta de ensino se concretizou principalmente por meio das instituições filantrópicas e privadas. No Brasil “na Educação Especial, a presença do setor privado é histórica” (JANNUZZI, 1985; BUENO, 2004), “chegando o campo de atuação a ser exemplar na relação de parceria entre os setores

público e privado” (ARRUDA; KASSAR; SANTOS, 2006). Em 1988 promulgada a constituição federal, estas pessoas passaram a serem vistas legalmente como detentoras de direitos e o estado passou a se preocupar mais com o planejamento e desenvolvimento de Políticas Públicas e ações referentes ao processo de inclusão escolar. Porém, é possível notar que tem sido frequente o surgimento de dúvidas e questionamentos por parte de professores/as em relação às práticas pedagógicas que devem planejar e adotar com vistas ao desenvolvimento do trabalho com crianças em situação de deficiência intelectual matriculadas nos três primeiros anos do ensino fundamental. Estas crianças têm chegado às escolas, os dados censitários mostram que número de matrículas de crianças com laudos médicos de deficiência intelectual é expressivamente maior que o das outras deficiências juntas. Os resultados das pesquisas apresentadas no estado da arte constataam que embora tenham crescido significativamente as matrículas destas crianças nas escolas regulares, ainda existem as chamadas classes de ensino especial que se configuram como mecanismos de exclusão. Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a quantidade de crianças em situação de deficiência intelectual que permanece nas escolas, progredindo nos estudos não condiz com o número destas matriculadas. Fator que revela que apenas tem sido garantido o acesso escolar, mas nem sempre a permanência acontece. Os estudos evidenciaram ainda que as práticas pedagógicas planejadas para este público ainda se encontram pautadas em atividades mecânicas, priorizando a memorização, por meio de tarefas repetitivas e cópias que não instigam a imaginação e a criação. As práticas interdisciplinares e a construção de adaptações curriculares ainda não são frequentes no ambiente escolar, sendo mais usual o desenvolvimento de ações isoladas bem como aplicação de atividades de séries/anos iniciais para alunos/as matriculados/as em outras turmas com níveis mais elevados. O trabalho de campo e análise preliminar das entrevistas nos permitem dizer que existem diferenças no trabalho pedagógico nas duas redes de ensino (municipal e estadual). Registra-se a presença apenas de mulheres/professoras atuando nas duas escolas nos anos iniciais do ensino fundamental. Nota-se a ausência de diálogos e reuniões nos espaços escolares em torno das crianças em situação de deficiência intelectual, revelando as professoras que somente acontecem entre os profissionais de apoio e professores das salas de recurso. Há desconhecimento das legislações sobre inclusão e recomendações nelas contidas entre essas profissionais que ainda se encontram centradas no modelo médico-clínico, relatando a necessidade de encaminhar as crianças para o atendimento médico, afim de serem medicadas e de obterem um laudo que sirva de respaldo para o mau desempenho escolar.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Deficiência Intelectual. Crianças. Anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.E.; KASSAR, M.C.M.; SANTOS, M.M. Educação especial: o custo do atendimento de uma pessoa com necessidades especiais em instituições pública estatal e não estatal, em MS, 2004. In: NERES, C.C.; LANCILLOTTI, S. S.P. (Orgs.). Educação Especial em foco: questões contemporâneas. Campo Grande: Uniderp, 2006. v. 1, p. 89-116.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro em 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de agosto. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 1996.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno de Educação Especial. A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.

BUENO, C.C.O.; KASSAR, M.C.M. Público e privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V.M.V. (Orgs.). O público e o privado na Educação: interfaces entre Estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

FIGUEIRA, A. F. Educação médico-pedagógica das crianças atrasadas. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria Neurologia e Medicina Legal, ano VI, n. 1-2, p. 320-331, 1910.

FONSECA, Gécica. Planejamento e práticas curriculares nos processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual: experiências e trajetórias em tempos de educação inclusiva. 264 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca Depositária: undefined, 2016.

GOES, Ricardo. S. Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual: as Estatísticas Educacionais como Expressão das Políticas de Educação Especial No Brasil, 118 f. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP.2014.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI/ Campinas. SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).